

Mateusão é preso pela Federal

FÁBIO SEGANTINI - 30/04/2009

O ex-prefeito de Pedro Canário vai cumprir pena no Complexo Penitenciário do Xuri, em Vila Velha, acusado de crimes tributários

Pedro Callegario

O ex-prefeito de Pedro Canário e ex-deputado estadual Mateus Vasconcelos, o Mateusão, foi preso ontem pela Polícia Federal. Ele foi condenado pela Justiça Federal em 2007 por omitir informação ou prestar declaração falsa às autoridades, além de fraudar a fiscalização tributária.

A decisão foi transitada em julgado no último mês de novembro, por não caber mais recurso. A prisão do ex-prefeito foi realizada em Pedro Canário, na região Norte do Estado. De acordo com a assessoria da Polícia Federal, Mateusão foi levado para o Complexo Penitenciário do Xuri, em Vila Velha.

Segundo decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de abril do ano passado, o ex-prefeito foi condenado a cinco anos e 10 meses de prisão, em regime inicial semiaberto, e pagamento de multa.

Na oportunidade, o STJ negou o recurso apresentado por Mateusão. Em novembro do ano passado, o juiz titular da 2ª Vara Criminal Federal, Ronald Kruger Rodor, de-

terminou o lançamento do nome do ex-prefeito no "Livro do Rol dos Culpados" pelo fato de ao processo não caber mais recursos.

Assim, o próprio magistrado determinou que Mateusão fosse preso para cumprir a pena em regime inicial semiaberto no último dia 20. Ele foi condenado no artigo primeiro, inciso I e II da Lei nº 8.137/90, segundo consta na decisão do recurso no STJ.

A denúncia que levou à prisão do ex-prefeito foi feita pelo Ministério Público Federal (MPF).

MANDATO

Mateusão teve o mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES) em dezembro de 2010 após ser acusado de um suposto esquema de caixa dois na campanha de 2008 e de abuso de poder econômico.

O processo que levou o ex-prefeito à condenação em 2010 contou com mais de nove páginas de irregularidades, entre elas: uso de 76 automóveis na campanha e de-



MATEUSÃO, ao receber o diploma de prefeito: denúncia de fraude e de declaração falsa às autoridades fazendárias

OS NÚMEROS

5 anos e 10 meses foi a sentença
2010 foi o ano da perda do mandato

claração de apenas três, arrecadação de recurso e abertura de contas bancárias para campanha antes do prazo legal, divergência entre assinaturas de doadores em contratos e recibos, emissão de cheques sem compensação no extrato bancário.

À época, Mateusão recorreu da decisão do TRE.

O OUTRO LADO

Advogada não foi localizada

A reportagem tentou - durante a tarde e noite de ontem, após a informação da prisão do ex-prefeito de Pedro Canário Mateus Vascon-

celos, o Mateusão - contato com a advogada dele, Sandra Balbino da Trindade. Contudo ela não foi localizada para comentar o fato.

Edson Magalhães vai responder à ação penal

A Segunda Câmara Criminal recebeu denúncia contra o prefeito de Guarapari, Edson Magalhães (PPS).

Ele é acusado pelo Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) de se recusar a fornecer informações solicitadas quanto à fiscalização de recursos públicos e da legalidade da atuação da administração pública municipal.

Em voto lido ontem, o desembargador José Luiz Barreto Vivas seguiu parecer proferido pelo desembargador Carlos Henrique Rios do Amaral na última semana.

De acordo com Vivas, "o requerido na condição de prefeito municipal de Guarapari em exercício, desprezando completamente as atribuições legais e constitucionais do Ministério Público, sem qualquer justificativa aparente, recusou-se a prestar as informações a ele solicitadas".

Contudo, dos três artigos que o prefeito foi denunciado, em somente um deles a denúncia foi aceita. Uma ex-secretária da Saúde também foi denunciada. A assessoria do prefeito Edson Magalhães disse que ele não foi localizado para comentar.

Justiça recebe denúncia contra o prefeito de Vitória

A denúncia feita pelo Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) contra o prefeito de Vitória, João Coser, por supostamente contratar, sem licitação, empresa de consultoria, no valor total de R\$ 3,53 milhões, foi recebida pelo juiz da Vara da Fazenda Pública Municipal Ubirajara Paixão Pinheiro.

Além do prefeito, são citados o ex-secretário de Cidadania e Direitos Humanos e agora vereador Eliézer Tavares; o secretário da

Saúde, Luiz Carlos Reblin; a ex-subsecretária da Educação Terezinha Baldassini Cravo, e o ex-secretário-chefe da Coordenadoria do município Sílvio Ramos.

O contrato era para prestação de serviços - entre 2005 e 2007 - de implementação e aperfeiçoamento do modelo de gestão da prefeitura. "Se houve ou não ato ímprobo como a violação dos princípios constitucionais administrativos, é algo que será apurado no decorrer

da presente ação", destacou o magistrado na decisão.

De acordo com a ação do MP, a investigação surgiu devido a "um escândalo de dimensão nacional envolvendo contratos da Finatec com vários municípios brasileiros, a maioria administrada por prefeitos eleitos pelo PT", publicado na revista Época em 2008.

O juiz da Vara da Fazenda Pública Municipal também negou novo pedido de afastamento do vereador de Vitória Dermival Galvão (PMDB), feito pelo Ministério Público. Ele é investigado por supostamente utilizar um servidor da Câmara de Vitória em seu sítio. O vereador não atendeu às ligações.

O OUTRO LADO

"Atos são legais"

A assessoria da Prefeitura de Vitória informou que os agentes públicos não foram notificados. Mas tão logo sejam, apresentarão suas justificativas. Reforçou que todos os atos praticados são legais e regulares e que os serviços contratados foram realizados.



JOÃO COSER foi acusado pelo Ministério Público de contratar sem licitação

KADIDJA FERNANDES - 29/12/2010



CATARINA: "Ainda não decidi"

Ex-procuradora está indecisa se disputa a vaga de Zardini

Cotada para participar da eleição que vai escolher novo comandante do Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES), a ex-procuradora-geral de Justiça Catarina Cecin Gazele, que pode desequilibrar a disputa, afirmou que ainda não decidiu se vai concorrer.

O prazo para inscrição segue até o próximo dia 30. "Recebi telefonema de vários colegas, mas ainda não decidi", disse.

Até agora se inscreveram: os procuradores Fábio Vello Corrêa e José Cláudio Rodrigues Pimenta e os promotores Jean Claude Gomes de Oliveira, Dilton Depes Tallon Netto, Jefferson Valente Muniz e Emmanuel Archanjo de Souza Gagno.